

DA MATRIZ DE RISCOS

A presente Matriz de Riscos integra o Termo de Referência e tem por finalidade identificar, alocar e tratar os principais riscos contratuais previsíveis relacionados à contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção preventiva, corretiva e modernização pontual de praças, parques, canteiros, campos de futebol, pistas de caminhada/corrida, passeios, mobiliários urbanos, áreas de convivência, equipamentos esportivos e demais logradouros públicos do Município de Pilar/AL.

Conforme ETP, a contratação será executada sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço, em regime de empreitada por preço unitário, com critério de julgamento pelo maior desconto linear sobre tabelas referenciais oficiais de custos da construção civil, especialmente SINAPI/AL e ORSE/SE, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência, na planilha orçamentária e demais documentos que instruem o processo.

A presente matriz possui natureza qualitativa, limitando-se à definição e alocação das responsabilidades entre Contratante e Contratada, sem cálculo específico de taxa de risco, diante da inexistência de base estatística suficiente para mensuração financeira individualizada dos eventos e da adoção de modelagem contratual baseada em medição dos serviços efetivamente executados. A ausência de cálculo de taxa de risco não afasta a necessidade de registro, tratamento, monitoramento e alocação objetiva dos riscos entre as partes, cabendo a cada uma assumir os riscos que esteja em melhores condições de prevenir, controlar, mitigar ou suportar, sem prejuízo da análise técnica e jurídica de eventos supervenientes que possam impactar a execução contratual ou o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

Risco	Descrição	Materialização	Mitigação	Alocação de Responsabilidade
1. Falha na estimativa de quantitativos	Quantitativos estimados incompatíveis com a demanda real de manutenção das praças e logradouros públicos.	Subdimensionamento ou superdimensionamento da contratação; insuficiência ou ociosidade de saldo contratual; necessidade de reprogramação das demandas.	Utilização de histórico de demandas, levantamento técnico, memória de cálculo, curva ABC, validação da planilha orçamentária e controle dos saldos contratuais antes da emissão de cada Ordem de Serviço.	Contratante
2. Erro na planilha orçamentária referencial	Omissão de serviços, composições inadequadas, preços unitários incompatíveis ou erro de BDI/encargos sociais.	Distorção do valor estimado; dificuldade de medição; risco de questionamento do certame; necessidade de correção técnica.	Revisão técnica da planilha, utilização de SINAPI/ORSE, justificativa de composições próprias, validação por responsável técnico e conferência antes da publicação do edital.	Contratante
3. Jogo de planilha	Desbalanceamento econômico de itens, com concentração de vantagens em serviços de maior probabilidade de execução.	Prejuízo à vantajosidade, majoração indireta do custo da contratação e distorção da execução por demanda.	Adoção de maior desconto linear, análise de exequibilidade, controle de quantitativos, vedação de alteração indevida da composição dos preços e acompanhamento da curva de execução.	Compartilhado
4. Emissão de Ordem de Serviço fora do escopo contratual	Emissão de OS para obra nova, ampliação substancial, reforma estrutural ampla ou serviço não contemplado no objeto.	Desvio de objeto; execução irregular; risco de responsabilização dos agentes; glosa ou questionamento pelos órgãos de controle.	Limitação expressa da OS ao escopo de manutenção, conservação, recuperação, adequação funcional e modernização pontual; exigência de processo próprio para obra nova ou intervenção estrutural relevante.	Contratante
5. Ordem de Serviço insuficientemente instruída	OS emitida sem descrição adequada, local, quantitativos, prazo, registros, planilha, croqui, memorial, ART/RRT ou documentos necessários, quando cabíveis.	Execução inadequada; conflito contratual; medição imprecisa; retrabalho; dificuldade de atesto.	Instrução de expediente técnico por demanda, conforme natureza e complexidade da intervenção, com aprovação prévia da área técnica e registros fotográficos.	Contratante
6. Falha na mobilização da Contratada	Contratada não disponibiliza equipe, materiais, equipamentos, ferramentas, preposto ou responsável técnico em condições suficientes.	Atraso na execução; descumprimento dos prazos; baixa qualidade; interrupção de demandas urgentes.	Exigência de estrutura operacional compatível, preposto, responsável técnico, prazos por prioridade, sanções contratuais e controle de desempenho.	Contratada

7. Atraso na execução das Ordens de Serviço	Descumprimento dos prazos fixados para demandas emergenciais, urgentes ou programadas.	Comprometimento da segurança, acessibilidade, uso dos espaços públicos e continuidade da manutenção.	Definição de prazos por prioridade, fiscalização tempestiva, registro de ocorrências, notificações, glosas e aplicação de sanções.	Contratada
8. Sobreposição com contratos vigentes	OS emitida para serviço já abrangido por contrato de iluminação pública, limpeza urbana, paisagismo, obras específicas, sinalização ou outros ajustes.	Duplicidade de pagamento; conflito de responsabilidades; execução irregular; risco de dano ao erário.	Consulta prévia aos contratos vigentes antes da emissão da OS, registro da análise de compatibilidade e delimitação da responsabilidade de cada contratado.	Contratante
9. Medição indevida	Medição de quantitativos não executados, executados parcialmente ou em desconformidade com a OS.	Pagamento indevido; dano ao erário; responsabilização de fiscais, gestores e contratada.	Boletim de medição, memória de cálculo, registros fotográficos antes/depois, atesto técnico, recebimento provisório e definitivo.	Compartilhado
10. Pagamento indevido de administração local	Pagamento de administração local desvinculado da efetiva execução ou em percentual desproporcional.	Dano ao erário; distorção da remuneração contratual; questionamento da fiscalização.	Critério objetivo de medição, vinculação às Ordens de Serviço, proporcionalidade com a execução efetiva e atesto técnico.	Contratante
11. Uso de materiais inferiores	Emprego de materiais, insumos ou componentes em desconformidade com especificações técnicas, normas da ABNT ou padrões de qualidade.	Redução da vida útil; retrabalho; riscos aos usuários; baixa qualidade da intervenção.	Especificações técnicas claras, inspeção pela fiscalização, rejeição de materiais inadequados, substituição e obrigação de refazimento.	Contratada
12. Execução inadequada dos serviços	Serviços executados fora dos padrões técnicos, normas aplicáveis, planilha, Termo de Referência ou Ordem de Serviço.	Vícios, defeitos, retrabalho, prejuízo à funcionalidade, insegurança aos usuários e necessidade de correção.	Responsável técnico, ART/RRT quando cabível, fiscalização, ensaios, controle tecnológico, rejeição dos serviços e obrigação de correção.	Contratada
13. Descumprimento das normas de acessibilidade	Intervenções em passeios, rampas, pisos, rotas, sinalização ou mobiliário urbano sem observância das regras de acessibilidade.	Restrição de uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; necessidade de refazimento; responsabilização da Administração e da Contratada.	Observância da Lei nº 13.146/2015, ABNT NBR 9050, análise técnica da OS e fiscalização específica das intervenções de acessibilidade.	Compartilhado
14. Acidentes de trabalho	Acidentes envolvendo empregados, prepostos ou subcontratados da Contratada durante a execução dos serviços.	Paralisação dos serviços; danos pessoais; responsabilização trabalhista, civil e administrativa; aplicação de sanções.	Cumprimento das Normas Regulamentadoras, fornecimento e uso de EPIs/EPCs, treinamento, sinalização, isolamento das áreas e acompanhamento técnico.	Contratada
15. Acidentes com usuários ou terceiros	Danos a frequentadores, transeuntes, moradores, comerciantes ou terceiros em áreas públicas durante a execução.	Indenizações; paralisação; danos à imagem institucional; responsabilização civil e administrativa.	Sinalização, isolamento, controle de acesso, planejamento de horários, comunicação prévia e execução segura das frentes de serviço.	Contratada
16. Destinação irregular de resíduos	Descarte inadequado de entulho, tintas, lâmpadas, fiações, metais, vidros, restos de pavimentação ou outros resíduos.	Multas, dano ambiental, paralisação, responsabilização da Contratada e questionamento da fiscalização.	Segregação, acondicionamento, transporte regular, destinação ambientalmente adequada, PGRCC quando cabível e apresentação de comprovantes à fiscalização.	Contratada
17. Necessidade de licenciamento ou autorização ambiental específica	Determinada intervenção exige autorização, licença, comunicação ou controle ambiental específico.	Atraso ou suspensão da Ordem de Serviço; impossibilidade temporária de execução; risco de sanções ambientais.	Avaliação prévia pela área técnica antes da emissão da OS; obtenção das autorizações cabíveis; execução condicionada ao atendimento das exigências ambientais.	Compartilhado, conforme causa
18. Descumprimento de condicionantes ambientais	Inobservância de exigências ambientais aplicáveis a determinada intervenção.	Multas, embargo, paralisação da OS, dano ambiental e responsabilização.	Comunicação imediata à fiscalização, paralisação preventiva quando necessária, cumprimento das condicionantes e aplicação de sanções contratuais.	Contratada, quando decorrente da execução
19. Eventos climáticos ordinários	Chuvas ou condições climáticas previsíveis para a região e época da execução.	Atrasos pontuais; reprogramação de frentes de serviço; necessidade de proteção de materiais e áreas de intervenção.	Planejamento operacional, programação por período, proteção de materiais, ajuste de frentes de serviço e execução de atividades menos impactadas.	Contratada
20. Eventos climáticos extraordinários	Eventos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, como enchentes anormais, vendavais severos ou situações excepcionais.	Paralisação, perda de serviços, necessidade de reprogramação, eventual análise de reequilíbrio ou prorrogação de prazo.	Registro formal do evento, avaliação técnica, reprogramação da OS e análise jurídica caso a caso quanto a prazo ou reequilíbrio.	Compartilhado
21. Vandalismo ou furto de materiais/equipamentos da Contratada	Danos, furto ou extravio de materiais, ferramentas, equipamentos ou insumos mobilizados pela Contratada antes do recebimento dos serviços.	Atrasos, aumento de custos operacionais e necessidade de reposição de materiais.	Guarda adequada, retirada de materiais não utilizados, planejamento da mobilização, segurança operacional e responsabilidade pela logística.	Contratada
22. Vandalismo em	Danos praticados por terceiros após recebimento	Necessidade de nova intervenção e emissão de nova OS;	Registro formal do recebimento, delimitação da guarda, avaliação	Contratante

serviços já recebidos	provisório ou definitivo, fora da guarda da Contratada.	custos adicionais para recomposição.	da causa e nova demanda administrativa, se necessário.	
23. Subcontratação irregular	Execução por terceiro sem autorização prévia ou sem comprovação de capacidade técnica e regularidade.	Risco técnico, trabalhista, fiscal e contratual; responsabilização; baixa qualidade da execução.	Autorização prévia e expressa da Administração, análise documental da subcontratada, responsabilidade integral da Contratada principal e aplicação de sanções.	Contratada
24. Falha na fiscalização contratual	Ausência de acompanhamento, medição, registros, relatórios, notificações ou recebimento adequado.	Pagamento indevido, baixa qualidade, dificuldade de responsabilização e prejuízo ao controle interno.	Designação formal de gestor/fiscal, uso de checklists, registros fotográficos, relatórios, boletins de medição e controle de OS.	Contratante
25. Falha no controle de saldo contratual e orçamentário	Emissão de OS sem saldo contratual ou sem disponibilidade orçamentária/financeira suficiente.	Execução sem cobertura, risco de despesa irregular, atraso no pagamento e responsabilização administrativa.	Consulta prévia de saldo, controle financeiro e contratual, emissão de OS condicionada à disponibilidade e programação da despesa.	Contratante
26. Inexecução parcial ou abandono de frente de serviço	Contratada inicia intervenção e não conclui a execução dentro do prazo ou abandona a frente de serviço.	Espaço público inseguro, transtorno aos usuários, atraso e necessidade de medidas substitutivas.	Notificação, aplicação de sanções, execução da garantia quando cabível, contratação emergencial se configurada hipótese legal e responsabilização da Contratada.	Contratada
27. Falha na comunicação entre Administração e Contratada	Ausência de comunicação formal, dúvidas sobre OS, prazos, escopo ou critérios de medição.	Atrasos, execução divergente, conflitos de interpretação e retrabalho.	Comunicação formal, preposto designado, reuniões de alinhamento, registros escritos e padronização das Ordens de Serviço.	Compartilhado
28. Caso fortuito ou força maior	Evento imprevisível, inevitável e de impacto relevante, sem culpa das partes, que afete a execução.	Atraso, paralisação, aumento de custos ou impossibilidade temporária de execução.	Registro formal, avaliação técnica e jurídica, reprogramação de prazo e análise de eventual reequilíbrio econômico-financeiro, desde que comprovados os requisitos legais.	Compartilhado

A alocação dos riscos prevista nesta matriz deverá orientar a interpretação das cláusulas contratuais, dos pedidos de prorrogação de prazo, das solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro, das glosas, das sanções e das responsabilidades decorrentes da execução contratual. A materialização de risco atribuído à Contratada não afastará a necessidade de registro formal pela fiscalização, com indicação da ocorrência, sua causa provável, consequências, providências adotadas e eventual responsabilização administrativa. A materialização de risco atribuído à Administração deverá ser devidamente registrada e instruída pela área competente, com indicação das medidas corretivas necessárias, especialmente quando envolver falha de planejamento, insuficiência de documentos técnicos, emissão de Ordem de Serviço fora do escopo, atraso na liberação de áreas, sobreposição contratual ou ausência de disponibilidade orçamentária.

Nos riscos classificados como compartilhados, eventual pedido de reprogramação de prazo, revisão contratual ou reequilíbrio econômico-financeiro dependerá de demonstração objetiva do fato, nexos causal, impacto efetivo sobre a execução, ausência de culpa exclusiva da parte interessada e análise técnica e jurídica pela Administração.

A presente matriz não autoriza, por si só, a execução de serviços fora do objeto contratado, nem afasta a necessidade de prévia emissão de Ordem de Serviço, controle dos saldos contratuais, disponibilidade orçamentária, fiscalização, medição e atesto dos serviços efetivamente executados.

MARCO VALÉRIO ALELUIA DA SILVA

Engenheiro Civil

CREA-AL 020078255-0